

O QUE É SER MULHER NA LUTA ARMADA? UMA HISTÓRIA NARRADA NO FEMININO

Amanda Monteiro Diniz Carneiro¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender conflitos e tensões que permearam as diversas identidades das mulheres militantes das organizações armadas argentinas Montoneros e Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo. A ideia é tornar visíveis as situações que limitaram práticas de militância feminina, instituídas pela sociedade e pelas próprias organizações. Apesar da impossibilidade de dar conta da totalidade do processo de diversidade de identidades dessas mulheres, apresentamos situações vivenciadas e narradas por elas nos espaços da luta armada. A partir de uma revisão bibliográfica, trazemos depoimentos das próprias militantes, buscando desconstruir visões universalizantes vinculadas exclusivamente a atribuições binárias de gênero.

Palavras-chave: Identidades; Mulheres militantes; Luta armada.

¿QUÉ SIGNIFICA SER MUJER EN LA LUCHA ARMADA? UNA HISTORIA CONTADA EN LO FEMENINO

Resumen: Este artículo pretende comprender los conflictos y tensiones que permearon las diversas identidades de mujeres militantes de las organizaciones armadas argentinas Montoneros y del Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo. La idea es visibilizar las situaciones que limitaron las prácticas de militancia femenina, instituidas por la sociedad y por las propias organizaciones. A pesar de la imposibilidad de dar cuenta de todo el proceso de diversidad de identidades de estas mujeres, presentamos situaciones vividas y narradas por ellas en los espacios de la lucha armada. A partir de una revisión bibliográfica, presentamos declaraciones de las propias activistas, buscando deconstruir visiones universalizadoras vinculadas exclusivamente a atribuciones binarias de género.

Palabras clave: Identidades; Mujeres activistas; Lucha armada.

Introdução

Na Argentina, os anos de 1960 e 1970 foram marcados por intensa agitação política e social. Abarcaram uma ditadura civil-militar em 1966, o

¹ Graduada em História e mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente substituta na graduação em história da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0197484180756912>. E-mail: amanda.carneiro@ufvjm.edu.br.

retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. Nesse contexto, a desilusão e o descontentamento político afetavam grande parte da juventude da época, fomentando um processo de resistência e busca por transformação em toda a estrutura social. Para muitos jovens ligados a movimentos estudantis e trabalhadores industriais, a luta armada foi considerada legítima em razão do processo de violência institucionalizado, sendo vista por muitos como a única alternativa para a solução dos problemas econômicos, políticos e sociais. As circunstâncias da Revolução Cubana também confirmavam a legitimidade da via armada, uma vez que representava um exemplo concreto de sucesso contra o processo imperialista. Por essa razão, tornou-se uma esperança para a transformação estrutural almejada. Foi nesse cenário que muitas organizações armadas se formaram na Argentina, a exemplo de Montoneros e Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT/ERP).

Os grupos armados argentinos foram espaços de grande participação feminina. Para se ter uma ideia, na organização Montoneros, as mulheres representavam uma média de 30% do total de integrantes; e no PRT/ERP, correspondiam a 40%.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo busca explorar as experiências femininas nessas organizações a partir de suas próprias narrativas. Ao adotar esse ponto de partida, propomos uma análise que ultrapassa os limites estabelecidos por classificações binárias de gênero, destacando como muitas mulheres desafiaram “normas de gênero” e assumiram múltiplas identidades, enfrentando tensões internas e externas em busca de seus ideais.

Para alcançar os objetivos propostos, recorremos à metodologia de análise bibliográfica, tomando como referência relatos de militantes presentes nas seguintes obras: *Mujeres guerrilleras*, de Marta Diana; *Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro*, de Livia Magalhães; *El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro*, de Ana Amado; *Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que*

participaron en las organizaciones político-militares de los 70 e Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta, de Alejandra Oberti; Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP, de Paola Martínez; e Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera, de Claudia Bacci e Leandro Diego Basanta Crespo. Consultamos también Memória de mulheres, o volume 5 de “Cuadernos de la memoria”, organizado por María Rosa Gómez para o Instituto Espacio para la Memoria.²

Os relatos analisados neste artigo foram recolhidos a partir do mapeamento de trabalhos já realizados por outros pesquisadores. Reconhecemos que a coleta direta de depoimentos é um procedimento extremamente enriquecedor, desde a organização dos questionamentos até a observação de elementos que extrapolam a fala, como expressões, silenciamentos e outros elementos da comunicação. Contudo, ressaltamos, igualmente, a importância das revisões bibliográficas, que permitem uma compreensão mais ampla ao reunir diferentes perspectivas e interpretações construídas pelas lentes de cada autor.

² Referências completas das obras: DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997; MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro. *Estudos Ibero-Americanos*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em: 15 jul. 2021; AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v. 12, p. 4-174, 2006. Disponível em: <http://repositorio.filodigital.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em: 15 jul. 2022; OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera. et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006, p. 38-50. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-orales/>. Acesso em: 15 jul. 2022; BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016; GÓMEZ, María Rosa (org.). *Cuadernos de la memoria: 5: memoria de mujeres: relatos de militantes, expresas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022; MARTÍNEZ Paola. Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP. Ituzaingó: Maipue, 2015.

Sabemos que muitos cuidados devem ser levados em consideração ao trabalharmos com a memória. Nas palavras de Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no eterno presente”, e a história, por sua vez, “[...] é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”³. Nessa perspectiva, a escrita da história, por mais comprometida que seja, é sempre problemática, uma vez que trabalhamos com relatos que são influenciados pelo presente, o tempo de narração. Para Beatriz Sarlo: “A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar”⁴. Entretanto, apesar de todos os cuidados a serem considerados, compreendemos que a análise de depoimentos é essencial para a promoção de debates e reflexões sobre o passado, pois é capaz de promover processos plurais de construção histórica, envolvendo sujeitos diversos.

Partindo desse pressuposto, o gênero como categoria de análise histórica também é fundamental, pois nos possibilita visualizar as mulheres e suas atuações independentemente de construções estabelecidas e “naturalizadas”. Joan Scott nos lembra de que o gênero é um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. [...] uma forma primeira de significar as relações de poder”⁵. Ainda segundo a autora, o gênero nos abre possibilidades de decodificar sentidos e compreender relações complexas entre diversas formas de interação humana. Nesse contexto, o uso do gênero como categoria de análise histórica permite, por exemplo, dar maior visibilidade à militância feminina nas

³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 4 mar. 2016.

⁴ SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 25.

⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 67.

organizações armadas, desafiando narrativas que frequentemente minimizam seu papel.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, discutiremos tensões e conflitos que faziam parte da atuação feminina nos espaços das organizações armadas. Nossa intuito é demonstrar como esses espaços eram constituídos por relações de poder e reproduziam lógicas hierárquicas de gênero. Na segunda, apresentaremos situações vivenciadas e narradas pelas próprias militantes, rompendo com atribuições “universais” de gênero.

As organizações armadas argentinas: tensões, conflitos e relações de poder

Montoneros foi uma organização proveniente do peronismo⁶ e do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo⁷. Apresentou-se como organização política apenas em maio de 1970. Era constituída, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista nacional, adequado às suas próprias necessidades. Seus principais objetivos eram o desenvolvimento nacional, a justiça social e o poder popular. O grupo atuou em assaltos a bancos, sequestros, entre outras ações, com o objetivo de arrecadar dinheiro e armas para, segundo seus participantes, serem usados na construção de uma nação livre, justa e soberana. Em inúmeras ocasiões, o dinheiro arrecadado foi usado para ajudar pessoas necessitadas.

⁶ Segundo Carlos Etulain (2001), o peronismo é um “objeto” complexo, porque não se compõe apenas pelo partido peronista, ou mesmo pelos sindicatos. Trata-se de um movimento que reúne diferentes setores sociais em torno de uma amalgama definida a partir do vínculo entre o povo e a figura de Perón. O peronismo, em sua função de representar os interesses populares, promove sua unidade com base na força opositora desse conteúdo popular.

⁷ Criado em 1967, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi anunciado pelo documento “Bispos del tercer mundo” na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, em 1968. Da mesma forma que a Teologia da Libertação, concentra-se na premissa da libertação dos pobres e oprimidos das “injustas condições” políticas, econômicas e sociais. Foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes, cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país (Andreo, 2009).

O PRT/ERP foi uma organização de vertente marxista. Formou-se em 1965, com a fusão de dois grupos: Frente Revolucionario Indoamericano Popular (FRIP), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino; e Palabra Obrera (PO), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. No entanto, o PRT/ERP se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Dessa forma, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o PRT/ERP (com a adesão da luta armada). De acordo com Pozzi⁸, a organização era constituída principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados, principalmente, na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. O grupo realizou diversas ações armadas, tais como: ataques a quartéis militares, desarmamento de policiais, roubo, assassinatos de repressores e empresários, sequestros, atentados com explosivos, entre outras. Assim como os Montoneros, o PRT/ERP também revertia o dinheiro arrecadado em suas operações em ajuda a pessoas pobres e se posicionava como uma organização responsável por trazer justiça, igualdade e liberdade.

De acordo com Cristina Wolff⁹, durante as décadas de 1960 e 1970, o número de mulheres militantes em organizações armadas ultrapassava em muito a participação em décadas anteriores nos partidos tradicionais de esquerda. A autora explica que essas organizações surgiram vinculadas principalmente aos movimentos estudantis universitários e secundaristas, além de ter influências da igreja católica.

⁸ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

⁹ WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHr/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

O contexto vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, de intensa radicalização política, também deve ser considerado como um dos fatores que influenciaram a inserção feminina em organizações armadas. Para Sepúlveda¹⁰, a injustiça social e a pobreza extrema em várias partes do país, as experiências cubana, vietnamita e argelina, o encontro com os jovens que tinham diferentes formações políticas e ideológicas e, inclusive, a releitura da história nacional influenciaram intensamente as militantes.

Na citação a seguir, Teresa Meschiatti¹¹ expressa os motivos que a levaram a ingressar na organização Montoneros:

Desde criança estive a favor dos indefesos. As injustiças sociais me rebelavam. Quando entrei em Montoneros não sofri nenhum tipo de conflito com respeito aos métodos. Me parecia justo que se pretendesse reparar injustiças sociais tirando dos que tinham muito para repartir entre os que não tinham nada, ou que se matasse um torturador. O que não sei, é o que haveria acontecido se eu tivesse tido que fazê-lo. Por outro lado, a história me demonstrava que as grandes mudanças haviam sido violentas, e de acordo com isso me parecia lógico que se criasse um exército popular para lutar contra os capitalistas. Por acaso eles entregariam voluntariamente o poder que detinham? Estava certa que não. O mais importante, no entanto, nisso de lutar, não era o apoio teórico, mas sim a bela utopia de uma sociedade melhor, justa e livre, onde homens e mulheres viveriam de outra maneira. E é somente por esse sonho que se pode entender a entrega a uma militância que foi muito dura e que levou a vida de muitos de nós¹².

¹⁰ SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina en los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

¹¹ O relato citado foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. Os nomes das militantes entrevistadas pela referida autora não são reais nem “nomes de guerra”, mas inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Nélida Augier e Graciela Daleo. Teresa Meschiatti, conhecida como “Tina”, nasceu em 1943, na Argentina. Seu pai era fotógrafo de nacionalidade italiana e sua mãe, dona de casa. Ela relatou para Diana, no momento da entrevista (década de 1990), que residia na Suíça. Foi militante montonera e finalizou o segundo grau entre os anos de 1950 e 1960. Nessa época, trabalhou como docente, atuando principalmente em igrejas nas vilas de emergência do Bajo Flores (local onde viviam pessoas de baixa renda). Relatou também que morou em uma casa que foi doada por Evita. No ano de 1967, trabalhou como fotógrafa para uma revista, trabalho que desenvolveu com o objetivo de mostrar as injustiças e a pobreza. Em 1976, foi sequestrada na cidade de Córdoba (Diana, 1997).

¹² “Desde chica estuve a favor de los indefensos. Las injusticias me rebeldé. Cuando entré a Montoneros no sufrir ningún tipo de conflicto con respecto a los métodos. Me parece justo que se intente reparar injusticias Sociales sacando a los que tenían mucho para repartir entre

Como se pode perceber, o ingresso de Meschiatti em Montoneros estava ligado a uma busca por transformação social, relacionada à sua experiência e ao que entendia por justiça social. Podemos compreender, ainda, a subjetividade do processo de inserção e atuação dos militantes nesses espaços. A depoente expressa questões pessoais e especificidades do contexto que a movia a lutar em uma organização armada.

Nesse sentido, cada um dos indivíduos inseridos no âmbito das organizações carregava consigo identidades distintas, que refletiram em suas escolhas e ações. Para Lucía Velasco, a identidade “[...] é o conjunto de características que distinguem a subjetividade do sujeito em relação com o ser e a existência”¹³.

Destarte, é importante ressaltar que nem todas as identidades são escolhidas pelos sujeitos, visto que algumas são determinadas pela lógica social. A identidade de gênero se situa nesta condição: os sujeitos são classificados binariamente a partir da interpretação de seus corpos, que cotidianamente confirmam tais classificações com práticas específicas de cada gênero. No entanto, é importante salientar também que as identidades são lugares de conflito e tensão, principalmente por haver uma luta para dar significado às experiências que moldam essas identidades. Assim, o fato de as identidades não serem optativas não significa que são necessariamente estáticas. Segundo Scott:

[...] sujetos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes

los que no tenían nada, o que se matara a un torturador. Lo que no sé, es que me habría pasado si yo hubiera tenido que hacerlo. Por otro lado, la historia me demostraba que los grandes cambios habían sido violentos, y de acuerdo con eso, me parecía lógico que se creara un ejército popular para luchar contra los capitalistas. ¿Acaso entregaríaán ellos voluntariamente el poder que detentaban? Estaba segura de que no. Lo más importante, sin embargo, en esto de luchar, no era el apoyo teórico sino la bella utopía de una sociedad mejor, justa y libre, donde hombres y mujeres "nuevos" vivirían de otra manera. Y es solamente por ese sueño que se puede entender la entrega a una militancia que fue muy dura y que se llevó la vida de muchos de nosotros" (Diana, 1997, p. 55, tradução nossa).

¹³ “[...] es el conjunto de características que distinguen la subjetividad del sujeto en relación con el ser y la existencia” (Velasco, 2005, p. 24, tradução nossa).

são conferidas. [...] Sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual¹⁴.

Dessa maneira, torna-se fundamental a construção de narrativas que partem das experiências concretas das mulheres, considerando os mais diversos conflitos e tensões que permearam suas identidades. É importante destacar que a luta armada, por ser um espaço socialmente considerado masculino, tornava as experiências das mulheres ainda mais desafiadoras. Por essa razão, somente a partir de suas vozes podemos visualizar e compreender as relações de gênero e poder que se articulavam na militância.

Nesse sentido, é importante fazermos algumas pontuações. Como nos lembra Alinne Bonetti:

A atribuição de significados às práticas sociais em geral, e às políticas em particular, ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Nesse sentido, a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda a política¹⁵.

Partindo desse pressuposto, entendemos os espaços políticos das organizações armadas como locais constituídos por relações de poder. Dessa maneira, como ressalta Butler, o “sujeito masculino ocidentalizado” é quem tem legitimidade e autorização para atuar no campo do político¹⁶. Nessa acepção, é útil fazer a diferenciação de campo da política e campo do

¹⁴ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 42. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

¹⁵ BONETTI, 1998, p. 3.

¹⁶ BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

político. De acordo com Sônia Alvarez¹⁷, o campo da política é aquele que envolve os espaços de atuação da política propriamente dita, isto é, os lobbies institucionais. Já o campo do político é aquele, em suas palavras, que se constitui em um “sentido mais amplo, que incide no cultural, simbólico, e nas relações de poder/de género que ali se constituem e se reconfiguram continuamente”¹⁸. Considerando esses apontamentos, compreendemos a adoção do modelo “pressupostamente masculino” eleito como universal no campo do político.

Para Lucia Velasco¹⁹, as mulheres viviam uma tensão constante entre a representação do modelo cultural da mulher e elas mesmas, enquanto sujeitos históricos reais. Um exemplo que ilustra esse tipo de situação pode ser percebido no relato de Olga²⁰, citado por Rosa Gómez:

No ano de 63 me afiliei, sempre fui militante. Tinha um rapaz que era contador num emprego que eu tinha numa casa de música e ele me dizia ‘você sempre com política e nunca com namorado’. [...] Quando eu tinha vinte e poucos anos, as pessoas pensavam assim. Primeiro, que era mais difícil para uma mulher ser tão independente e depois, como ela vai entrar na política?²¹

¹⁷ ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁸ ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. p. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁹ VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

²⁰ María Rosa Gómez (2011) explica que, em virtude de questões pessoais, que dizem respeito à privacidade das militantes, estas foram apresentadas apenas por seu primeiro nome. Olga foi, desse modo, apresentada apenas como militante política.

²¹ “En el año 63 yo me afilié, siempre fui militante. Había un muchacho que era contador en un trabajo que tuve en una casa de música y me decía ‘vos siempre con la política y nunca con novio’. [...] Cuando yo tenía veintipico de años la gente pensaba así. Primero, que la mujer era más difícil que fuera tan independiente y después, que cómo va a meterse en política” (Gómez, 2011, p. 27, tradução nossa).

A cobrança por parte do amigo de Olga tem relação com a representação social da mulher naquele contexto; seu destino deveria ser exclusivamente casar e constituir família, o destino fundamental das mulheres, fonte de realização pessoal e felicidade²². Dessa forma, ao participar da política, Olga expressava uma imagem estranha, uma espécie de erro, e ocupava um universo que não era coerente com seu papel social enquanto mulher. No entanto, apesar das cobranças sociais e das dificuldades e medos vivenciados, Olga demonstra determinação na militância:

Eu vivi – a fase do golpe – como militante, com medos, alguns resguardados, mas nunca me freou na militância, nunca deixei de fazer algo por medo, fiz conscientemente. Não chegou a me afetar a ponto de me anular. Pelo contrário, percebo que sou uma pessoa que, quanto mais dificuldades eu tenho, mais eu luto, mais força isso me dá²³.

Assim como Olga, Alicia também deixa claro a importância da sua militância e a expectativa de transformar a realidade em que vivia:

Tínhamos muito claro quais eram os motivos que nos levaram a entrar na militância... a ideia de poder mudar ou tentar mudar a situação do país naquele momento. Estábamos imersos diretamente na militância, o que para nós era uma coisa... era ótimo... e era o que tínhamos que fazer²⁴.

Tanto Olga como Alicia tinham posicionamentos sólidos em relação à revolução e, em seus depoimentos, expressam coragem e disposição para lutar por seus ideais. Esses posicionamentos podem ser analisados também sob o ponto de vista simbólico do político, que exige, como traços fundamentais,

²² SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina en los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosario, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

²³ "Lo viví – la etapa del golpe – como una militante, con los miedos, algunos resguardos, pero nunca me frenó en la militancia, nunca dejé de hacer algo por miedo, lo hice consciente. No llegó a traspasarme tanto de modo que me anulara. Al contrario, yo me doy cuenta que soy una persona que, cuantas más dificultades tengo, más la peleo, más fuerza me da".

²⁴ "Teníamos muy claro cuáles eran los motivos que nos hacían ligar a la militancia... la idea de poder cambiar o tratar de cambiar la situación que se vivía en el país en esos momentos. Estábamos inmersos directamente en la militancia, que para nosotros era una cosa... era lo grande... y era lo que teníamos que hacer" (Gómez, 2011, p. 26, tradução nossa).

coragem e valentia — obviamente, traços associados ao masculino. De acordo com Bonetti:

Para se estar ali, faz-se necessário ser valente e ter coragem para enfrentar as disputas; angariar prestígio para estabelecer alianças e articular politicamente. [...] o atributo da coragem parece ser um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo e que perpassa as diferentes inserções dos sujeitos que o compõem²⁵.

Nesse contexto, é inegável que, ao se envolverem nos espaços das organizações armadas, construídas historicamente como locais destinados ao masculino, as mulheres vivenciaram enormes desafios e sofreram profundamente a violência estrutural da desigualdade de gênero. No entanto, a diversidade de estratégias e a resistência de cada uma delas contestavam constantemente as estruturas hierárquicas de gênero. Para Martínez, “[...] las militantes fueron subversivas de un orden normativo hegemónico porque desafiaron y trastocaron las muchas facetas de la identidad social esperada para una mujer en los años 1970 (madre, esposa, entre otras)”²⁶.

Na próxima seção apresentamos experiências vivenciadas pelas mulheres nas organizações armadas, demonstrando suas lutas e desafios para se manterem dentro do modelo revolucionário enquanto mulheres militantes.

Ser mulher(es) na luta armada: narrações da militância feminina

Ser mulher na luta armada não tem um sentido único. As organizações armadas foram universos de experiências múltiplas. Nesse sentido, é impossível encontrar um significado que dê conta de incorporar toda a complexidade

²⁵ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. p. 153. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

²⁶ “[...] las militantes fueron subversivas de un orden normativo hegemónico porque desafiaron y trastocaron las muchas facetas de la identidad social esperada para una mujer en los años 1970 (madre, esposa, entre otras)” (Martínez, 2015, p. 78, tradução nossa).

desse processo. A partir da diversidade das vozes das mulheres militantes, podemos compreender como suas experiências foram singulares e marcadas por desafios de ordens diversas. Elas não assumiram apenas a militância na luta armada, mas também lutaram contra regras e normas sociais assimétricas de gênero.

No depoimento abaixo, Maria²⁷ relata o significado de ser mulher no contexto político de uma organização armada:

[...] não é que antes eu não era mulher e agora sim, não, eu sempre soube que ser homem não era o mesmo que ser mulher, mas antes, naquele momento me parecia secundário [...] você me pergunta na concepção da revolução, o que ia ser, tenho que dizer que não, isso nunca apareceu. Mas tudo bem, porque tem sua lógica, nós mulheres não questionávamos, porque a coisa era, é... vamos ver... era... era... (ela ri e diz bem enfaticamente). Vou te dizer resumindo: 'seremos como o Che...' entendeu? E nós mulheres também queríamos ser isso, nosso modelo era esse...²⁸.

Ao analisarmos o depoimento de Maria, podemos notar como “posturas masculinas” são legitimadas no campo do político. Sua fala evidencia a relação de poder do masculino nesse espaço. Apresentar-se como mulher seria sinônimo de inferioridade, pois apenas o masculino poderia conferir poder ao militante.

Muitas mulheres também relataram que o modo como se vestiam gerava críticas e até acusações de serem pequeno-burguesas. A ideia da representação do feminino como inferior no âmbito da política, mais uma vez,

²⁷ Este relato foi retirado do texto: “Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70” (2006), de autoria de Alejandra Oberti. A referida autora informa apenas o primeiro nome da testemunhante.

²⁸ “[...] no es que antes yo no era mujer y ahora sí, no, yo siempre supe que no era lo mismo ser varón que ser mujer, pero antes, en ese momento me parecía secundario [...] vos me preguntás si en la concepción de la revolución, de lo que iba a ser... entraba la cuestión de la mujer, yo te tengo que decir que no, nunca aparecía eso. Pero, está bien, porque tiene su lógica, las mujeres no lo cuestionábamos, porque la cosa era, eh... a ver... era...era... (se ríe y dice muy enfáticamente) te lo voy a resumir: ‘seremos como el Che...’ ¿me explico? y las mujeres también queríamos ser eso, nuestro modelo era ese...” (Oberti, 2006, p. 48, tradução nossa).

é confirmada. No depoimento a seguir, Marta²⁹ fala da reação do seu marido quando se maquiava:

Quando meu marido é preso por conta da tomada do Comando de Saúde, comecei a visitar o presídio e fiquei com vergonha porque me maquiei, porque coloquei a melhor roupa e quando entrei na prisão meu marido me tirou a maquiagem assim com as mãos porque eu era pequeno-burguesa...³⁰

O fato de Marta se apresentar distante do modelo estabelecido para mulheres nas organizações armadas incomodava seu marido. O espaço da revolução deveria ser marcado exclusivamente por posturas que expressassem a ideia da masculinidade, incluindo não se maquiar.

Outra situação semelhante foi identificada no depoimento de Mónica³¹, que descreveu Susana Gaggero como uma pessoa “calada e muito feminina apesar de seus cargos importantes”³². Para Mónica, existia uma incompatibilidade com o fato de Susana ser calada, muito feminina e ter cargos importantes. Esse tipo de comportamento causava estranhamento, exatamente por se esperar uma “conduta masculina” de quem assumia cargos importantes, sendo a “conduta universal” que deveria ser exercida nos espaços do político.

Da mesma forma, Norma Arrostito³³ também foi apresentada por seus companheiros de militância com “marcas de feminilidade”. De acordo com Bacci e Crespo, os militantes a descreveram da seguinte forma:

²⁹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Marta. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

³⁰ “Cuando a mi marido lo detienen por el copamiento del Comando Sanidad yo empiezo hacer visitas en la cárcel y yo era la vergüenza de la cola porque me pintaba, porque me ponía la mejor pilcha y cuando entraba a la cárcel mi marido me sacaba la pintura así con las manos porque yo era pequeño-burguesa...” (Martínez, 2015, p. 77, tradução nossa)

³¹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Mónica. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

³² “[...] cálida y muy feminina ‘apesar que andava en cargos importantes’” (Martínez, 2015, p. 77, tradução nossa).

³³ Norma Arrostito nasceu em Buenos Aires, em 1940, e teve rápida militância na Federación Juvenil Comunista, e na Acción Revolucionaria Peronista. Foi uma das fundadoras da organização Montoneros, cuja condução nacional integrou até 1975. Em 1976, foi

Seu perfil baixo nas reuniões se misturava à grande determinação de suas palavras ao se posicionar ou opinar sobre um tema a ser discutido. A ausência de arrogância em sua personalidade e, em contrapartida, sua acentuada humildade, costumavam ser características valorizadas por seus ex-companheiros, evidenciando assim também sua fragilidade na hora de comandar e dar ordens. Essa falta de autoritarismo foi lida por alguns como falta de liderança. [...] Sua docura no trato com os outros, a delicadeza no vestir e a simplicidade na gestão do cotidiano parecem estar longe da conceituação de sua figura definida como a mulher “guerrilheira”³⁴.

Nesse contexto, Bonetti³⁵ explica que o jogo político é marcado por “sentidos” compartilhados culturalmente. Assim, o sujeito ocidental masculinizado atrela sentido de gênero ao jogo político, atribuindo a ele regras e códigos culturais a serem seguidos. Essas regras e códigos são associados exclusivamente ao masculino, a partir de atributos como força, agressividade e virilidade, conforme já descrevemos.

Em razão desses sentidos e significados sociais, mulheres como Norma Arrostito não eram vistas como o modelo ideal para assumir a liderança da organização. Na mesma lógica, podemos compreender também o estranhamento causado por Susana Gaggero a militantes como Mónica, que não entendiam o fato de uma liderança ter características distintas do modelo ocidental masculinizado.

sequestrada por um grupo de tarefas da Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) (Oberti, 2015).

³⁴ “Su perfil bajo en las reuniones se mimetizaba con la gran determinación de sus palabras a la hora de dar su postura u opinión sobre un tema a discutir. La ausencia de soberbia en su personalidad y en contraste, su marcada humildad, suelen ser características valoradas por sus ex compañeros, mostrando así también su debilidad a la hora de mandar y dar órdenes. Esta falta de autoritarismo supo ser leída por algunos como una carencia de liderazgo. [...] Su dulzura en el trato con los demás, la delicadeza en la forma de vestirse y su sencillez a la hora de desenvolverse en la vida cotidiana parecen estar lejos de la conceptualización de su figura definida como ‘la mujer guerrillera’” (Bacci; Crespo, 2013, p. 91-92, tradução nossa).

³⁵ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Por ser um espaço construído a partir de características atribuídas ao masculino, muitas mulheres ressignificaram suas experiências para que suas atuações fizessem sentido dentro daquela lógica. Pilar Calveiro³⁶ afirma:

Não acredito que o que fizemos tenha sido uma “teatralização da masculinidade”, mas sim que procuramos encontrar um novo lugar enquanto mulheres, rejeitando a atual distribuição de papéis masculinos e femininos e, consequentemente, penetrando em áreas e práticas consideradas masculinas. A tentativa de reformular o lugar da mulher não foi uma tarefa fácil, nem o é agora³⁷.

O depoimento de Calveiro³⁸ demonstra a necessidade de nos distanciarmos de interpretações binárias para pensar as experiências dos sujeitos em organizações armadas. O fato de mulheres, em alguns momentos, assumirem “papéis masculinos” não significou que se transformaram em homens propriamente ditos, muito pelo contrário, adaptaram-se aos códigos e regras estabelecidos pelo campo do político.

Dessa maneira, havia uma pluralidade de formas de “ser mulher” nas organizações armadas, de modo que as disputas e as tensões apresentadas conferiam vitalidade e dinâmica a esse universo³⁹.

Nesse cenário, além das atribuições masculinas incorporadas por parte de algumas mulheres, em algumas circunstâncias do dia a dia, elas assumiam

³⁶ Pilar Calveiro nasceu na Argentina, em 1953, militou na organização Montoneros e foi sequestrada em 7 de maio de 1977 por um comando da Aeronáutica em Buenos Aires. Durante um ano e meio, esteve desaparecida e passou por diversos centros clandestinos de detenção na Argentina, primeiro na Mansão Seré e finalmente na ex-Escola de Mecânica da Armada (ESMA), até ser libertada em 1978, quando se exilou primeiro na Espanha e posteriormente no México, onde reside até os dias atuais (Magalhães, 2017).

³⁷ “Yo no creo que lo que hayamos hecho fuera una ‘teatralización de la masculinidad’ sino que tratábamos de encontrar un lugar nuevo como mujeres, rechazando la distribución de roles masculino y femenino vigente, y penetrando, en consecuencia, en ámbitos y prácticas considerados masculinos. El intento de reformular el lugar de la mujer no fue una tarea fácil, como tampoco lo es ahora” (Amado, 2006, p. 60, tradução nossa).

³⁸ É importante destacar que o depoimento de Pilar Calveiro, registrado em 2006, nos convida a refletir sobre o processo de atualização da memória em relação ao tempo da narração. Como ressaltado na introdução deste artigo, a memória é constantemente reconstruída a cada relato; assim, as lembranças do passado adquirem novos significados e elementos, sempre moldados pelas influências do presente.

³⁹ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

também “atribuições femininas”, coerentes com a lógica social. Segundo Calveiro:

[...] na vida cotidiana, que pode aparecer como masculinização a partir de uma análise apenas de "superfície", que tem sua importância, mas é insuficiente. Não acho que nas relações, na sexualidade, na maternidade, no vínculo com outras mulheres tenha havido uma fuga do feminino, mas sim a tentativa de ressignificá-lo. Mas ainda no terreno desse "signos externos", o papel que as mulheres frequentemente desempenhavam na guerrilha urbana era o de "chamariz", usando e enfatizando sua aparência frágil ou sedutora para se aproximar de um posto de vigilância, por exemplo, e tomá-lo puxando uma arma de um lugar imprevisível. Nem sempre, mas muitas vezes desempenharam papéis que tinham mais a ver com engenhosidade do que com força ou alta formação militar, ou seja, a parte que no imaginário tradicional seria considerada mais feminina que, por vezes também, era aquela que salvava⁴⁰.

A utilização de “atribuições de gênero” como estratégia da luta política demonstra como diversos mecanismos foram acionados para resolver situações conflituosas que se apresentavam às mulheres. Em situações em que lhes faltava a força física, ou até mesmo uma reação rápida diante de um combate, mulheres recorriam a “artimanhas” que conferiam êxito a suas ações. Esse contexto legitimava novas possibilidades de luta a partir de uma lógica diferente da convencional, além de alterar a configuração de poder, de modo que avançavam em relação à demarcação de seus próprios espaços no âmbito do político. Nesse sentido, como salienta Velasco, a mulher essencializada e naturalizada

[...] não é cada mulher de carne e osso. Devemos distinguir a Mulher e as mulheres. As segundas são a mulher de todos os dias, que, como

⁴⁰ “[...] en la vida cotidiana, que puede aparecer como masculinización desde un análisis sólo de ‘superficie’, que tiene su importancia, pero es insuficiente. No creo que en las relaciones de pareja, en la sexualidad, en la maternidad, en el vínculo con otras mujeres haya habido una fuga de lo femenino sino el intento por ressignificarlo. Pero aun en el terreno de esos “signos externos”, el papel que con frecuencia desempeñaba la mujer en la guerrilla urbana era el de ‘senuelo’, usando y enfatizando su apariencia frágil o seductora para acercarse a un puesto de vigilancia, por ejemplo, y tomarlo sacando un arma de un lugar imprevisible. No siempre, pero muchas veces jugaba roles que tenían más que ver con el ingenio que con la fuerza o el alto adiestramiento militar, es decir, hacia la parte que en el imaginario tradicional se consideraría más femenina que, a veces también, fue la que la salvó” (Amado, 2006, p. 60, tradução nossa).

mulher, se vale dos atributos e atribuições que a cultura lhe exige, mas que tem sua história, sua identidade, seu modo de vida e seus projetos. Essas são as mulheres moldadas pelas diversas tecnologias de gênero expressas nas relações e nos discursos sociais. Elas tanto se compartilham como se distanciam do modelo cultural da Mulher, embora estejam sempre sujeitas às suas características tradicionais justamente pelo fato de viverem em sociedade⁴¹.

Nessa acepção, é impossível estabelecermos elaborações essencialistas para definir o que foi ser mulher na luta armada. Além da subjetividade de cada militante, as experiências vivenciadas em cada espaço e condição proporcionavam comportamentos e ações diversas.

Como salienta Bonetti, “[...] é possível vislumbrar a existência de diferentes vozes no campo político, as quais insistem em embaralhar as formulações consolidadas sobre relações de gênero e de poder”⁴². É nessa perspectiva que compreendemos o dinamismo das relações de gênero e poder, sempre em construção e com bases permanentemente instáveis.

Por essa razão, romper com as relações binárias entre homens e mulheres é uma tarefa fundamental, principalmente quando se pretende investigar as origens do sistema de desigualdade marcado por relações de poder e gênero⁴³. Assim, buscamos seguir o caminho traçado por Adriana Piscitelli⁴⁴, que concebe a ideia de mulher como algo sem sentido definido,

⁴¹ “[...] no es cada mujer de carne y hueso. Hay que distinguir entre la Mujer y las mujeres. Las segundas son la mujer de todos los días, que abrevia en tanto mujer de los atributos y asignaciones que la cultura le exige, pero que tiene su historia, su identidad, modo de vida y proyectos. Estas son las mujeres conformadas por las diversas tecnologías de género expresadas en las relaciones y en los discursos sociales. Ellas tanto comparten como se alejan o pueden alejarse del modelo cultural de la Mujer, aunque siempre estén sujetas a sus características tradicionales tan sólo por vivir en sociedad” (Velasco, 2005, p. 20-21, tradução nossa).

⁴² BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negoclando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177-203, 2003, p. 203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴³ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴⁴ PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. et al. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: Textos Didáticos, 2002. p. 35. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

algo a ser descoberto. As pistas, segundo ela, estão emaranhadas na historicidade e na rede complexa de características que não são pressupostas, mas reveladas pelo processo.

Algumas considerações

A incorporação de um grande número de mulheres nas organizações armadas pressionou limites sociais impostos às mulheres. Suas vivências nos espaços armados contestavam cotidianamente sentidos e premissas convencionais do masculino e do feminino. Nesse sentido, podemos afirmar que as formas de ver e pensar o mundo se modificaram, inclusive para os sujeitos e sujeitas envolvidos naquelas experiências.

A partir das narrativas das mulheres militantes, pudemos notar a criação de inúmeras estratégias para superar limites estabelecidos pelas organizações e pela sociedade. O questionamento às condições de subordinação se fez presente em todo o processo. Estereótipos de gênero foram rejeitados em detrimento de posicionamentos individuais, fruto da especificidade e da individualidade de cada ser. Nesse processo, as identidades das mulheres foram reconstruídas, evidenciando seus direitos de existir e afirmando-se em sua plenitude.

Referências

- ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Buenos Aires, v. 12, p. 4-174, 2006. Disponível em: <http://repositorio.filoz.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ANDREO, Igor Luis. O alvorecer da Teologia da Libertação na Argentina e no México: ensaio para um estudo comparativo. *Revista História Comparada*, Rio

de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/119>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia misionera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociação relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177-203, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em: 25 jan. 2023.

DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

ETULAIN, Carlos Raul. A esquerda e o peronismo. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/218831>. Acesso em: 15 jul. 2014.

GÓMEZ, María Rosa (org.). *Cuadernos de la memoria: 5: memoria de mujeres: relatos de militantes, ex-presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro, *Estudos Ibero-Americanos*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 4 mar. 2016.

OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera. et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006, p. 38-50. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-ORALES/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. et al. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Textos Didáticos, 2002, p. 7-43. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_ScootExperiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 jun. 2016.

VELASCO, Lucia Rayas. Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/>. Acesso em: 3 mar. 2022.